

INDICADORES DE POBREZA E PRIVAÇÃO SOCIAL NA ÁREA URBANA DE SANTA MARIA, RIO GRANDE DO SUL

Pedro Leonardo Cezar Spode

Mestre em Geografia - PPGGEO (UFSM)

Doutorando em Geografia - PPGGEO (UFSM)

E-mail: pedrospode@gmail.com

Rivaldo Mauro de Faria

Doutor em Geografia - IG UNICAMP

Professor dos cursos de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (UFSM)

E-mail: rivaldo.faria@ufsm.com

RESUMO

Este trabalho busca avaliar as desigualdades socioespaciais manifestadas no território urbano de Santa Maria, Rio Grande do Sul, a partir de cartografia elaborada para identificar a privação da renda e do saneamento básico na cidade. Os procedimentos metodológicos se dividiram em duas etapas, a primeira relacionada a elaboração dos indicadores utilizados para a construção dos mapas, a partir de variáveis do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), ao nível dos setores censitários, e a segunda, ligada aos trabalhos de campo na área urbana de Santa Maria. Conforme os dados expostos, torna-se possível identificar que Santa Maria demonstra expressivas desigualdades socioespaciais, marcadas por zonas luminosas, de alta renda no centro e na parte leste da cidade, especialmente no bairro Camobi. Por outro lado, são identificadas áreas de pobreza que se generalizam por todas as regiões administrativas (nordeste, norte, oeste, centro-oeste, sul e centro-leste), sobretudo nas periferias longínquas da cidade, em zonas opacas, privadas do acesso às infraestruturas e serviços.

9

PALAVRAS-CHAVE: desigualdades socioespaciais; áreas periféricas; zonas luminosas; zonas opacas; ocupações irregulares.

INDICATORS OF POVERTY AND SOCIAL DEPRIVATION IN THE URBAN AREA OF SANTA MARIA, RIO GRANDE DO SUL

ABSTRACT

This work seeks to evaluate the socio-spatial inequalities manifested in the urban territory of Santa Maria, Rio Grande do Sul, using cartography designed to identify income deprivation and basic sanitation in the city. The methodological procedures were divided into two stages, the first related to the elaboration of the indicators used for the construction of the maps, based on variables from the Demographic Census of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE, 2010), at the level of the census sectors, and the second, linked to fieldwork in the urban area of Santa Maria. According to the data exposed, it is possible to identify that Santa Maria shows significant socio-spatial inequalities, marked by luminous, high-income areas in the center and east of the city, especially in the Camobi neighborhood. On the other hand, areas of poverty are identified that are widespread across all administrative regions (northeast, north, west, center-west, south and center-east), especially on the outskirts of the city, in opaque areas, deprived of access to infrastructure and services.

KEYWORDS: socio-spatial inequalities; peripheral areas; light zones; opaque zones; irregular occupations.

INTRODUÇÃO

É chamado de privação relativa o conceito que realiza uma leitura da pobreza a partir da ausência de recursos sociais e materiais, nos diferentes contextos, em termos de espaço e tempo (TOWNSEND, 1979). É por esta razão que a privação torna-se conceito rico para a Geografia, em vista que as desigualdades socioespaciais se revelam pelos territórios de diversas maneiras, variando, de acordo com os diferenciados usos aos quais os espaços são condicionados. Santos e Silveira (2006), argumentam que os sistemas de engenharia são distribuídos de maneira desigual no território brasileiro, tornando as cidades o que Souza (1994) chama de geografias da desigualdade, produtos do processo de apropriação desigual dos recursos econômicos, sociais e culturais.

A natureza relativa em que a privação está inserida, permite tal abordagem revelar as expressivas desigualdades socioespaciais, as quais os territórios estão acometidos, de maneira a empiricizar, ou geografizar, como coloca Santos (2006), a pobreza que se manifesta nas cidades brasileiras. Alguns autores, principalmente ligados a Sociologia, argumentam que a pobreza pode ser entendida em termos de privação, escassez ou ausência de recursos e condições de vida plena. Tal ausência de recursos, que é resultado dos processos sociais e históricos, fatalmente se manifestarão no território, local de existência e reprodução da vida, em toda a sua complexidade. Townsend, por exemplo, coloca que a privação deve ser entendida em determinados termos, como:

Indivíduos, famílias e grupos na população podem ser considerados pobres quando não dispõem dos recursos para obter os tipos de dieta, participar das atividades e ter as condições de vida e amenidades que são habituais, ou pelo menos amplamente encorajadas ou aprovadas nas sociedades a que pertencem. Seus recursos estão tão seriamente abaixo daqueles ordenados pelo indivíduo comum ou família que eles são, de fato, excluídos dos padrões de vida comuns, costumes e atividades (TOWNSEND, 1979, p. 31)¹.

Portanto, a ausência dos recursos, manifestada historicamente nos territórios, é revelador das desigualdades socioespaciais, problemática fundamental do mundo do presente (SOUZA, 2019). Como observa Santos (2015), a pobreza é estrutural e não mais local, nem mesmo nacional, torna-se globalizada, presente em toda parte do mundo. Assim, a questão a se destacar é que a pobreza se manifesta de maneira distinta nos lugares. O processo histórico de uso do território, ou seja, “[...] os processos de constituição das desigualdades socioespaciais, característica essencial deste período

1 Nota de tradução: “Poverty can be defined objectively and applied consistently only in terms of the concept of relative deprivation. That is the theme of this book. The term is understood objectively rather than subjectively. Individuals, families and groups in the population can be said to be in poverty when they lack the resources to obtain the types of diet, participate in the activities and have the living conditions and amenities which are customary, or are at least widely encouraged or approved, in the societies to which they belong. Their resources are so seriously below those commanded by the average individual or family that they are, in effect, excluded from ordinary living patterns, customs and activities”.

histórico em que vivemos”, (SOUZA, 2019, p. 7), revela privações de toda a ordem aos grupos sociais, sobretudo a população urbana.

Para Townsend (1979), a privação relativa se configura como a situação de desvantagem manifestada em camadas da sociedade e em determinados sujeitos e grupos sociais. Estas desvantagens, a qual se refere o autor, podem ser entendidas como as próprias desigualdades socioespaciais, refletidas através de privações, manifestadas de formas diferentes por entre as áreas das cidades. A leitura da distribuição de saneamento básico, por exemplo, por entre as cidades e regiões brasileiras, é didático em revelar as desigualdades socioespaciais por meio da seletividade do acesso a recursos sanitários básicos. É dentro desta visão teórica e epistemológica, da chamada Geografia nova iniciada por Milton Santos ainda na década de 1970 do século XX, que buscamos demonstrar as desigualdades socioespaciais na cidade média de Santa Maria, estado do Rio Grande do Sul, a partir de cartografia da privação da área urbana da cidade, objetivando-se, assim, identificar onde estão localizados estes espaços opacos, dentro do território urbano.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos se dividiram em duas etapas. A primeira relacionada a elaboração dos indicadores sociais, a partir de variáveis do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), ao nível dos setores censitários. Foram selecionadas duas variáveis relacionadas a renda, como também, uma variável relacionada ao saneamento básico, somando três indicadores sociais (Quadro 1), inseridos em Sistema de Informação Geográfica (SIG). Ademais, os indicadores foram elaborados pela relação simples e bruta entre numerador e denominador e multiplicado por 100.

Quadro 1 - Indicadores sociais elaborados para área urbana de Santa Maria, RS.

Variáveis	Indicadores	Dimensão
Idade/Renda da pessoa	Taxa de Pessoas sem rendimento nominal mensal e até 1 salário	Renda
Renda dos domicílios/Domicílios (características gerais)	Rendimento médio por domicílio particular permanente	Renda
Domicílios (características gerais)	Taxa dos domicílios particulares permanentes com esgotamento sanitário via vala	Domicílio-Saneamento

Fonte: IBGE (2010). Elaboração: Os autores (2020)

A segunda etapa se refere aos trabalhos de campo realizados nos bairros da área urbana de Santa Maria, que auxiliaram na avaliação dos dados espacializados, como também, para uma melhor compreensão das condições de pobreza e privação no território urbano da cidade. Em termos de divisão municipal, Santa Maria se divide em 10 distritos, incluindo o distrito sede e 42 bairros urbanos (SANTA MARIA, 2015). O distrito sede, para fins de auxílio a organização territorial, se divide em 8 Regiões Administrativa (RA), que são: RA leste, RA centro-leste, RA nordeste, RA norte, RA centro urbano, RA centro-oeste, RA oeste, RA sul (SANTA MARIA, 2018).

Desse modo, foram realizadas uma série de incursões a campo, compreendendo todas as regiões administrativas², totalizando 20 trabalhos de campo. Como instrumentos de campo, foram utilizados aparelhos de GPS, máquina fotográfica, mapas e imagens de satélite dos bairros da cidade, além de mapas das ocupações irregulares disponibilizado pelo Instituto de Planejamento de Santa Maria – IPLAN (SANTA MARIA, 2018).

2 Para efeitos de análise, área urbana e cidade, neste trabalho, se configuram como sinônimos, tendo ciência da distinção conceitual entre a cidade e o urbano desenvolvido por Milton Santos. Para o autor, "a cidade é o concreto, o conjunto de redes, enfim a materialidade visível do urbano enquanto que este é o abstrato, porém o que dá sentido e natureza a cidade." (SANTOS, 1992, p. 241). Além disso, quando mencionado o termo região, refere-se a região administrativa, não mantendo relação com os diversos conceitos de região trabalhados pela Geografia.

SANTA MARIA, RS, COMO TERRITÓRIO EM AVALIAÇÃO

Santa Maria está localizada na porção central do estado do Rio Grande do Sul. Este é um elemento de vital importância na formação socioespacial do município, ao longo do processo histórico de ocupação do território do estado do RS. Possui população estimada de 282.123 habitantes para 2019 (IBGE, 2019), e população de 261.031 segundo os dados do Censo Demográfico do IBGE de 2010 (IBGE, 2010). O município de Santa Maria ocupa papel de destaque no estado do RS, sendo considerada uma capital regional pelo IBGE (2008), e capital regional nível c (IBGE, 2018), tendo relação com os pequenos municípios no seu entorno, e também, relações com centros maiores e distantes, de maneira hierárquica (vertical), mostrando a força do uso corporativo do território, estudado por Degrandi (2012)³ para a cidade.

No final do século XIX, Santa Maria era um importante entreposto ferroviário, sendo esse, o principal vetor de desenvolvimento econômico e socioespacial do município, entre o final do século XIX e meados da metade do século XX. Muitas das formas urbanas presentes ainda hoje no município remontam ao período ferroviário, como estações ferroviárias, estradas de ferro, monumentos, edificações onde funcionavam escolas e organizações de classe ferroviária, consideradas rugosidades por Degrandi (2012).

São muitas as marcas deixadas pelo uso ferroviário em Santa Maria. A mancha urbana tem crescimento acentuado à norte nesse período, por influência direta do uso ferroviário na cidade, inclusive com bairros criados para atender a demanda dos trabalhadores ligados a ferrovia, como os bairros Salgado Filho e o Itararé. O bairro Itararé, durante o período ferroviário, abrigou parte da indústria santa-mariense, como também atividades ligadas ao ramo ferroviário, como oficinas de manutenção, proporcionando ao bairro, um crescimento econômico sem precedentes para o município naquele contexto, conforme relatam Wandscheer *et al.* (2008).

A ferrovia, em Santa Maria, se configurou em uma forma espacial, dotada de conteúdo social, que condicionou a configuração espacial e a própria vida na cidade, entre o final do século XIX e a metade do século XX. Embora tenham existidos outros usos de impacto na situação econômica e principalmente na estrutura urbana da cidade, o uso ferroviário, entre o final do século XIX e a década de 1930, foi um dos elementos principais para a expansão urbana em Santa Maria. A representação espacial elaborada por Faccin (2014), (Figura 1), ajuda a compreender a dinâmica

3 Degrandi (2012) ao estudar as verticalizadas e horizontalizadas na cidade de Santa Maria, do ponto de vista da formação socioespacial do município, definiu quatro usos principais do território para a cidade, que articulados, possuem influência na realidade socioespacial atual da cidade, que são eles: o uso corporativo, o uso universitário, o uso militar e o uso ferroviário.

urbana de Santa Maria, através dos usos ferroviários do território, nas áreas no entorno da estação ferroviária principal, no bairro Itararé, com os armazéns do Km 2 e também as oficinas no Km 3, a nordeste da área urbana, demonstrando o processo de expansão da área urbana de Santa Maria, que acompanhava o aparato ferroviário. De acordo com a autora, entre os anos de 1885 e 1946, a cidade cresceu acompanhando os usos ferroviários da seguinte maneira: No primeiro momento, houve a “[...] integração da área da estação ferroviária com a área de ocupação urbana preexistente, originada com o acampamento militar. Já na década de 1940, a mancha urbana se expandiu envolvendo a área dos Armazéns do Km 2 e as Oficinas do Km 3” (FACCIN, 2014, p. 49).

Figura 1 - Representação do aparato ferroviário e evolução da população urbana de Santa Maria, RS.



Fonte: Faccin (2014). Adaptado.

Em tempos atuais, o aparato ferroviário se tornou marca na paisagem santa-mariense, rugosidade (DEGRANDI, 2012), e espaços de pobreza, decadentes economicamente, devido a precarização de todo o sistema ferroviário no Brasil, processo iniciado a partir do final da Segunda Guerra Mundial⁴. Muito embora, como afirma Degrandi (2012), já na década de 1930 o sistema

4 Segundo Flôres (2007), são diversos os fatores para a decadência do sistema ferroviário, como os novos arranjos da economia mundial, a falta de investimentos e a modernização da infraestrutura ferroviária, a abertura do país ao mercado externo, entre outros fatores envolvendo o investimento do Estado nas estradas de rodagem, durante o Plano de Metas do Governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960).

ferroviário demonstrava enfraquecimento em Santa Maria, década em que “forças sociais locais” iniciaram o movimento que daria origem a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Prossegue o autor: “assim, o processo de enfraquecimento da situação geográfica comandada pelo uso ferroviário, foi acompanhado pela emergência de uma nova situação geográfica, que seria comandada pelo uso universitário do território, a partir de 1960” (DEGRANDI, 2012, p. 145).

É nesse contexto de instalação da UFSM, do Hospital Universitário de Santa Maria (HUSM), além da Base Aérea militar e outras grandes estruturas públicas, que a cidade passa a ocupar o posto de importante polo educacional (em todos os níveis), saúde, além de polo militar. Ademais, com a introdução destes sistemas de engenharia na cidade, intensificou-se a ocupação urbana e econômica na região leste da área urbana, especialmente em Camobi, bairro que abriga a base aérea e a UFSM, marcando a aceleração dos usos do território, sobretudo pelo mercado imobiliário.

O município, atualmente, é reconhecido pelo comércio diversificado e pela gama de serviços especializados, que incluem serviços de saúde e educacionais, em todos os níveis, com intenso uso do território pelas instituições públicas e empresas privadas. Santa Maria se inseriu, de maneira muito contundente, no período técnico-científico-informacional, visto a grande massa de consumidores gerados pelas instituições públicas da cidade. Santa Maria, ao contrário de outras cidades do mesmo porte, não realizou a virada industrial, tornando-se o que Degrandi (2012) chama de cidade terciária, ou seja, com a sua base econômica assentada não na produção de bens físicos, mas na distribuição e produção de bens imateriais. Complementa o autor: “a distinção de cidade terciária, contudo, não é devida, unicamente, ao comércio de mercadorias, mas à sua associação com outros serviços (educação, segurança, administração pública, saúde, energia elétrica, água e esgoto, telefonia, intermediação bancária, etc.)” (DEGRANDI, 2012, p. 196).

O município, por sua posição geográfica na transição entre a Mata Atlântica e o Pampa gaúcho, abriga distintas racionalidades em seu meio rural. Podemos destacar duas delas, as quais são visíveis no espaço rural do município: a primeira ligada ao uso colonial da terra, vinculada aos municípios serranos a leste e norte, povoados principalmente por imigrantes italianos, que desenvolvem agricultura familiar em pequenas propriedades e a segunda, ligada principalmente a agricultura tecnificada, realizada nos municípios meio oeste e sul do RS, destinada em sua maioria para exportação, com a produção de gado e grãos em grandes extensões de terra. Por essa razão, Santa Maria atua como centro de drenagem da renda fundiária, como evidenciou Rocha (1993), drenando capitais agrários oriundos das médias e grandes propriedades, especialmente da região

central e oeste do estado, como também atuando como local de moradia de proprietários rurais absenteístas. Faria *et al.* (2019) coloca que a renda fundiária vem do uso e exploração desigual da renda da terra em grandes e médias propriedades, com parte desta renda sendo utilizada para aquecer o mercado imobiliário e da construção civil, ou ainda o consumo dos serviços e do comércio. No entanto, conforme o autor, “[...] como é uma renda exógena, produzida por um tipo de uso do território igualmente exógeno (ligado ao grande capital e às commodities), as consequências serão sentidas pela volatilidade desse capital e pelos interesses da sua própria reprodução (sem compromisso com o território)” (FARIA *et al.*, 2019, p. 237).

Estes são elementos necessários para a compreensão da formação socioespacial de Santa Maria e das diversas divisões territoriais do trabalho que se sucederam na cidade ao longo dos tempos. Desde a construção histórica do território Santa-mariense, como local de embates entre os impérios de Portugal e Espanha, ainda no século XVIII, como mais tarde com a constituição da ferrovia e toda a interferência na formação socioespacial do município. Degrandi (2012) identifica que a formação socioespacial de Santa Maria, desde sua fundação até a atualidade, é a história de uma inumerável profusão de eventos que se geografizaram em seu território. Prossegue o autor:

No presente, Santa Maria é o resultado da sucessão, da combinação, da sobreposição ou não, e da co-presença solidária e também contraditória de tais eventos, uns ainda vivos (ativos), refortalecidos pelas modernidades que acolheram, outros como rugosidades que ainda não se desvaneceram na paisagem e na memória do lugar. Ocorre que estes eventos não foram anônimos, nem espontâneos, muito menos neutros. Foram (e são) frutos de diferentes ações concretas, realizadas por diferentes agentes sociais com intencionalidades também diferentes, em tempos e meios geográficos diversos. Tais ações são reveladas pelos usos do território (DEGRANDI, 2012, p. 86).

No entanto, esta é uma discussão complexa, que requer uma análise aprofundada, como Degrandi (2012) o fez em relação as verticalidades e horizontalidades no município. O que nos interessa neste momento destacar, para este trabalho, é que os usos do território ao longo do processo histórico produziram desigualdades socioespaciais que são muito expressivas na cidade em tempos atuais, com manchas de pobreza em praticamente todas as áreas, especialmente nas periferias.

CARTOGRAFIA DA PRIVAÇÃO NA CIDADE DE SANTA MARIA, RS

Ao observarmos a distribuição espacial da renda na área urbana de Santa Maria (Figuras 2 e 3), torna-se possível identificar a variação desta renda e das classes sociais por entre os territórios. As altas rendas se localizam nos bairros da região central da cidade, estendendo-se pela região

centro-leste e leste, principalmente no bairro Camobi. Nas áreas centrais e na região leste da cidade estão as maiores densificações, em termos de fluxo de pessoas, comércio e serviços, como também, há a presença de grandes instituições públicas, como a UFSM e a Base Aérea militar, em Camobi. São os espaços luminosos aos quais Milton Santos se refere, onde estão grande parte dos serviços especializados, os pontos de comando de empresas, os serviços hospitalares, como também os edifícios altos (centro) e os condomínios residenciais de alta renda, grande parte deles em Camobi. Cabe evidenciar que Camobi,⁵ por seu território abrigar a UFSM, desde a década de 1960, ano de fundação da instituição, vem ganhando importância econômica, sobretudo através do mercado imobiliário, com a construção de condomínios e edifícios verticais, trazendo à tona processos socioespaciais no bairro, como a seletividade espacial (SPODE *et al.*, 2019).

As baixas rendas, por sua vez, estão localizadas nas periferias da área urbana, como também nas áreas pobres de Camobi. A cartografia da taxa dos domicílios sem rendimento mensal e até um salário mínimo (Figura 2), demonstra claramente a localização da baixa renda no território, nas áreas longínquas, especialmente nas bordas da área urbana, com manchas nas regiões administrativas nordeste, norte, centro-oeste, oeste e sul. Para Santos:

A existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma minoria com rendas muito elevadas, cria na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não têm condições de satisfazê-las (SANTOS, 1979, p. 37).

17

São as diferenças encontradas nas zonas luminosas e opacas, como colocam Santos e Silveira (2006). Espaços de baixa renda, recobrando praticamente bairros inteiros, como nos mostram os dados censitários do IBGE (2010), espacializados no mapa (Figura 3). Os bairros Diácono João Luiz Pozzobon e Nova Santa Marta são exemplos claros deste processo representado no mapa. Por outro lado, as altas rendas, de certa maneira, se concentram na região central e em direção a leste, fato que Rocha (2011) identifica que vêm ocorrendo em Santa Maria, desde meados da década de 1980. Portanto, podemos identificar duas áreas luminosas (em verde no mapa) no território urbano de Santa Maria, na parte central e no bairro Camobi, seguidas de diversas zonas

5 No final do século XIX, Camobi, ainda como distrito rural, povoado principalmente por imigrantes italianos oriundos das colônias próximas, como Silveira Martins, foi um dos distritos mais prósperos do município, principalmente pela estação ferroviária, que dinamizava a circulação de produtos e pessoas. Como coloca Becker (1996), a estação colônia, como era denominada, funcionava como um empório colonial, pois era ali que se concentrava a produção agrícola da região, que era escoada para Porto Alegre e outros centros. Portanto, Camobi até a primeira metade do século XX esteve ligada ao uso ferroviário, pela presença da estação ferroviária em seu território, como, ao capital agropecuário, em um contexto de agricultura inserida no meio técnico, porém ainda não científico-informacional, no estado do RS.

opacas, que recobrem vastos territórios nas periferias, nas zonas norte, nos espaços ferroviários, hoje tornados rugosidades, como também em áreas de influência do Arroio Cadena, à centro-oeste, oeste e sul da área urbana.

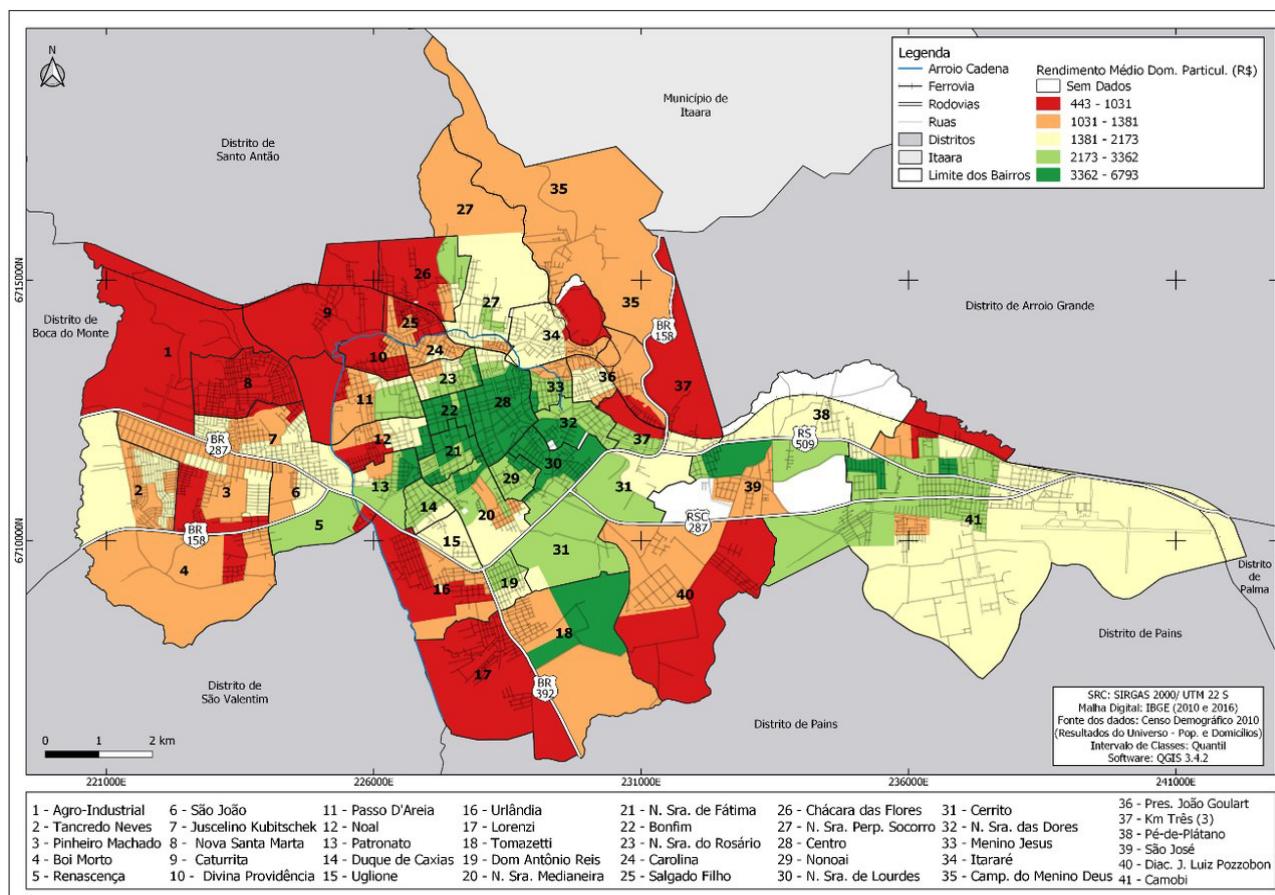
O Arroio Cadena (representado nos mapas das Figura 2, 3 e 4), cabe ressaltar, é uma estrutura, um objeto natural humanizado, ou geografizado (SANTOS, 2006), pois se refere a um canal de drenagem que percorre a área urbana, cujas margens, ao longo dos anos passou por um intenso processo de intervenção humana. O crescimento populacional de Santa Maria, a partir da década de 1950 ocorreu em ritmo acelerado, o que tornou, áreas inicialmente pouco habitadas, muitas ainda com características rurais, em áreas urbanas. Para se ter uma dimensão do processo, no ano de 1950, Santa Maria contava com uma população urbana de 47.904 habitantes, alcançando vinte anos depois, em 1970, a marca de 124.136 habitantes, segundo os dados da Fundação de Economia e Estatística (1984). Conforme coloca Ferrari (2018), foi nesta década que ficou evidente o crescimento a oeste, com a abertura de novos loteamentos, causando descontinuidade na malha urbana existente, sendo estes no Salgado Filho, (norte), Juscelino Kubitschek, Urlândia (próximos ao Cadena), o que caracterizou a área como um novo vetor de expansão.

A dialética estabelecida entre a ação humana e esta grande estrutura espacial, do qual faz parte toda a bacia do Cadena, resulta na intensa transformação do Arroio, com processos que envolvem a drenagem e canalização de parte do canal, ainda no final da década de 1960. “A montante do canal principal, durante os anos de 1968 e 1969 ocorreu a canalização de 1.200 metros em galeria fechada”, relata Ferrari (2018, p. 109).

Todo esse processo de intervenção no Arroio, iniciado ainda na década de 1960, são respostas aos diversos usos no território de Santa Maria, sobretudo nas periferias da cidade. Na década de 1960, com uma população urbana que alcança 71 % (FEE, 1984), a conformação espacial expande-se para as regiões norte, oeste e sul da cidade (SALAMONI, 2008), principalmente com o uso residencial do território, seja na instalação de loteamentos, ou ainda, na formação de ocupações irregulares. Ou seja, a dinâmica territorial de Santa Maria, na década de 1960, se mostra articulada da seguinte maneira: enquanto na área central o território é usado para a construção de edifícios altos e casas comerciais, além dos serviços especializados e estrutura urbana, nas áreas periféricas, o uso é pautado principalmente na instalação de loteamentos de baixa renda, além da formação de ocupações irregulares em áreas de risco, como as margens do Arroio Cadena ou próximas aos trilhos. São os casos da instalação das Vilas Kennedy, com 283 unidades residenciais e a Vila

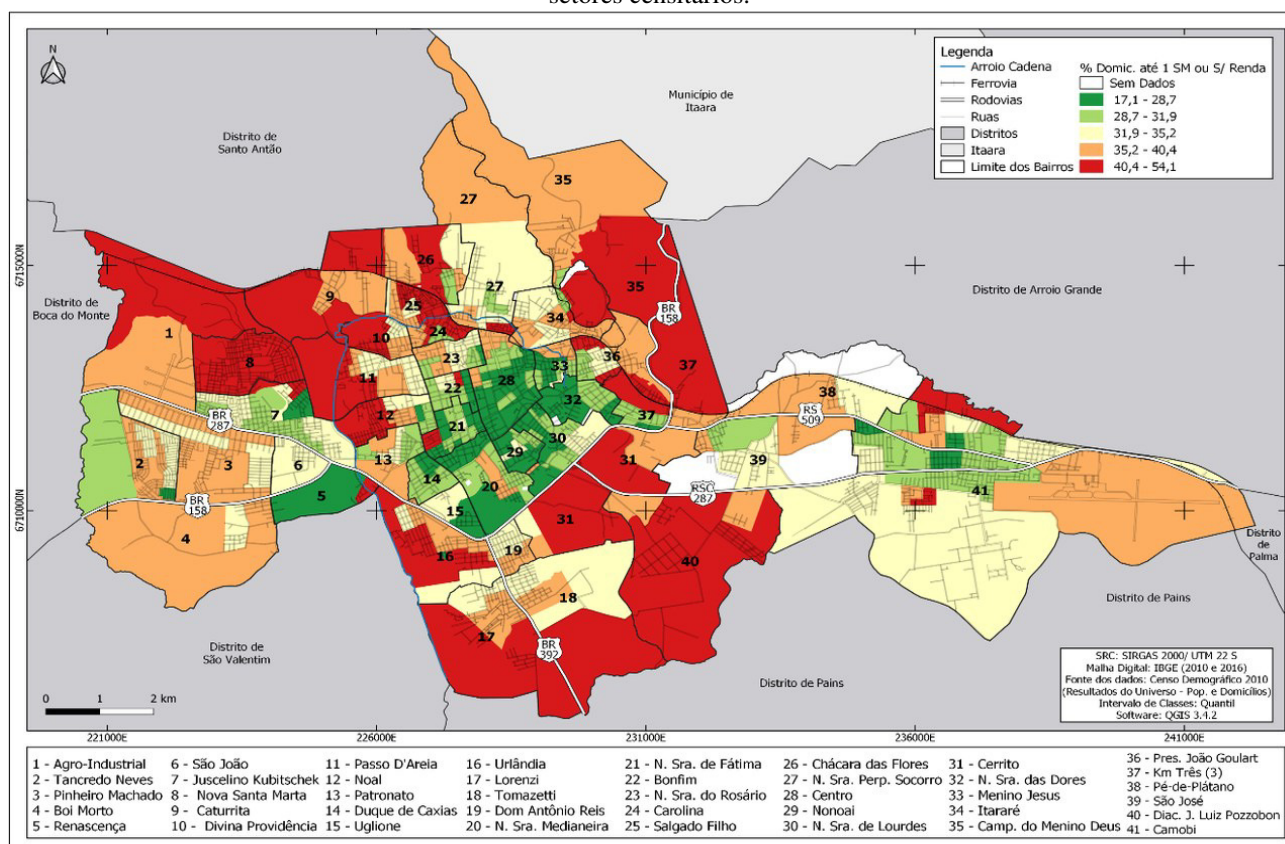
Salgado Filho, com 76 unidades, ambas na zona norte da cidade (ROCHA, 2011), localizadas no bairro Salgado Filho.

Figura 2 - Renda média por domicílio na área urbana de Santa Maria, RS, por setores censitários.



Fonte: IBGE (2010). Elaboração: Maurício Rizzatti (2020)

Figura 3 - Taxa dos domicílios sem rendimento mensal e até 1 salário mínimo, na área urbana de Santa Maria, RS, por setores censitários.



Fonte: IBGE (2010). Elaboração: Maurício Rizzatti (2020)

As desigualdades socioespaciais podem ser demonstradas por meio da privação dos recursos no espaço. A desigualdade no acesso a recursos considerados básicos, como saneamento, indica situações extremas de privação, que implicam diretamente nas condições de vida e saúde dos sujeitos e grupos sociais. De acordo com a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB), os serviços de saneamento básico são distribuídos de forma desigual pelas regiões brasileiras: enquanto no Sudeste, mais de 90% dos municípios possuíam esse serviço desde o final da década de 1980, na região Norte, esta proporção era de apenas 16,2% em 2017. Os dados ainda demonstram que cerca de 39,7% dos municípios brasileiros não tem serviço de esgotamento sanitário (PNSB, 2017; IBGE, 2020).⁶

⁶ Mais dados podem ser conferidos no link: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28326-quatro-em-cada-dez-municipios-nao-tem-servico-de-esgoto-no-pais>. Acesso em 23 jul. 2020.

Embora a desigualdade no acesso ao saneamento básico seja um problema nevrálgico no país, ele ainda é pouco debatido no âmbito político brasileiro⁷. Nos países com enormes desigualdades regionais e de renda, como o Brasil, esses processos de implantação dos sistemas de engenharia (estrutura urbana) e criação de fluidez sempre são seletivos, penalizando socialmente e espacialmente o sujeito, como coloca Souza (2003).

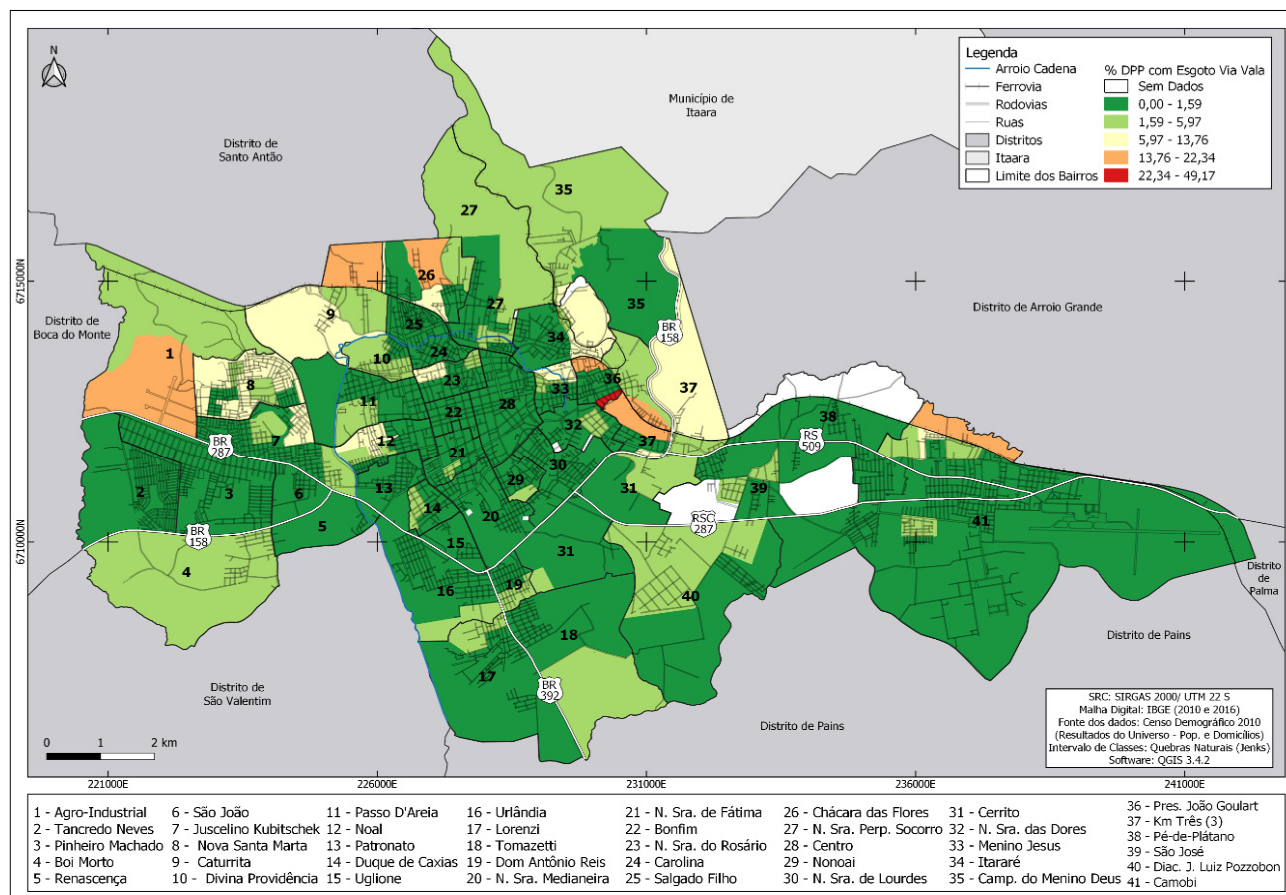
Embora tenham sido realizados diversos levantamentos de saneamento nos últimos anos, à nível dos municípios e na escala intra-urbana, ainda são escassos os estudos sobre o tema⁸. Em relação a Santa Maria, segundo Rossi (2012, p. 12), com base nos dados da Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN), “[...] para o ano de 2010, menos de 50% das casas em Santa Maria possuem sistema de esgoto coletado e tratado, já no que se refere ao tratamento da água, há uma totalidade de 100%”. Este dado mostra a dimensão da privação ao saneamento no território em Santa Maria, embora a autora tenha se atentado aos aspectos históricos, não identificando quais são as áreas carentes em infraestrutura sanitária na cidade atualmente.

Em Santa Maria, como nos mostra a cartografia do esgotamento via vala (Figura 4), as áreas que concentram estas condições de precariedade estão no bairro Presidente João Goulart (taxa de 49% dos domicílios), na região nordeste. Estão concentradas, principalmente, em duas áreas de ocupação irregular às margens da estrada de ferro, na região nordeste da área urbana: a primeira chamada “Beco da Tela” e a segunda, segundo o mapa de ocupações irregulares de Santa Maria (SANTA MARIA, 2018), chamada “área da antiga estrada de ferro SM-POA-permutada RFFSA”, no limite com o bairro Menino Jesus. São estas as únicas manchas vermelhas presentes no mapa (Figura 4). Entretanto, quando observado detalhadamente, torna-se possível identificar que o desenho da privação ao saneamento na área urbana de Santa Maria acompanha os trilhos do trem, na extensão norte da cidade, iniciando em Camobi e recobrimdo os bairros do sopé da serra santamariense, chegando até a região oeste. Também são apresentadas manchas de esgotamento via vala nos bairros Noal, no centro-oeste, Nova Santa Marta e Agro-Industrial na região oeste. São áreas opacas, com baixa densidade técnica e informacional, e privadas do saneamento básico adequado.

7 No presente momento, entre os meses de junho e julho de 2020, os debates a respeito do saneamento básico retornaram ao campo político brasileiro, sendo aprovado pelo Senado Federal o novo marco legal do saneamento básico (Projeto de Lei nº 4162 de 2019). Ver mais em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/06/24/senado-aprova-novo-marco-legal-do-saneamento-basico>. Acesso em 23 jul. 2020.

8 Cabe mencionar o estudo realizado por Moraes (2020), a respeito das condições de saneamento e sua relação com a saúde dos moradores da vila Lúcia, bairro Noal, área urbana de Santa Maria.

Figura 4: Taxa dos domicílios particulares permanentes com esgotamento sanitário via vala na área urbana de Santa Maria, RS, por setores censitários.



A privação do saneamento básico acentua as desigualdades socioespaciais, exibindo, principalmente, a desigualdade nas condições de saúde das populações urbanas. Na cidade de São Paulo, nas regiões periféricas, a expectativa de vida é menor, como coloca o mapa da desigualdade de 2018, produzido pela organização chamada “Rede Nossa São Paulo”: enquanto um morador do Jardim Paulista vive em média 81 anos, um morador dos distritos mais afastados do centro a expectativa de vida fica entre 58 e 63 anos⁹. Em Santa Maria, quando observado a variação de idade da população na área urbana, torna-se possível identificar uma baixa proporção de idosos nas áreas periféricas, o que está relacionado com a maior concentração dos idosos próximos as estruturas de saúde, nas áreas centrais, como também pode indicar a baixa expectativa de vida nas áreas periféricas (SPODE, 2020). O cientista indiano Amartya Sen, argumenta que quanto mais inclusivo for o alcance a educação básica e aos serviços de saúde, “[...] maior será a probabilidade de que

⁹ O mapa pode ser conferido em: <https://www.nossasaopaulo.org.br/2019/11/05/mapa-da-desigualdade-2019-e-lancado-em-sao-paulo/> Acesso em 24 jul. 2020.

mesmo os potencialmente pobres tenham uma chance maior de superar a penúria” (SEN, 2010, p. 124).

A privação do saneamento básico escancara as desigualdades em termos de qualidade de vida e saúde das populações, que se dão pelos processos históricos dos usos do território na cidade. Uma grande parcela da população habita áreas precárias próximas dos trilhos do trem, ou nas vertentes do Morro Cechella, ou ainda nas margens do Arroio Cadena, onde a estrutura urbana é disposta de maneira limitada no território. “O território grita sobre as desigualdades e diz qual a relação dela comigo, com meu lugar, lá onde vivo”, enfatiza Souza (2004, p. 72).

O Morro Cechella, valido lembrar, é um Morro Testemunho localizado na região norte da cidade, no bairro Itararé, considerado pela legislação ambiental como Área de Preservação Permanente (APP). Ao longo do processo histórico as vertentes do Cechella passaram a ser ocupadas por moradias precárias, em áreas de risco, sobretudo nas porções sudeste, oeste e norte do Morro. “Esta ocupação desordenada do ambiente natural revela como ocorre a relação contraditória entre os grupos sociais privados e as formas espaciais nesta porção do território urbano, resultando em verdadeiras favelas nas vertentes do Morro Cechella” (SPODE, 2020, p. 138).

São áreas decadentes economicamente e opacas, consideradas rugosidades ferroviárias, abandonadas no sentido dos fluxos econômicos e das políticas públicas. A privação do saneamento expõe, também, a seletividade espacial na área urbana de Santa Maria, cujas áreas precárias, decadentes, em termos econômicos e de fluxos, são privadas do acesso as estruturas básicas, pois sua distribuição é seletiva no território. Como nos lembra Souza (2018, p. 16), “o território na sociedade do mundo pobre está doente, pois seu uso é seletivo”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E AS QUESTÕES QUE FICAM

A cartografia apresentada ao longo do texto apresenta determinados padrões de pobreza e privação social na cidade de Santa Maria, como: as áreas a norte de Camobi, os bairros da região norte da área urbana, como o Caturrita, o Campestre do Menino Deus, o Salgado Filho, o Carolina, além dos bairros da região oeste e centro-oeste, como Noal, Nova Santa Marta e Agro-Industrial. Ademais, na região sul os bairros Urlândia e Lorenzi demonstram, também, expressivas privações, sobretudo nas áreas que circundam o Arroio Cadena. Também deve ser mencionado os bairros Diácono João Luiz Pozzobon, que demonstra indicadores de pobreza significativamente altos, além de extensas faixas nos bairros Km 3, Presidente João Goulart e Itararé, especialmente no entorno dos trilhos da estrada de ferro. As desigualdades socioespaciais produzem extensas paisagens de

pobreza em Santa Maria. Levando em consideração os dados apresentados, articulados ao processo histórico dos usos do território no município de Santa Maria, três questões devem ser mencionadas: (a) a desigualdade na distribuição das técnicas nas cidades brasileiras; (b) o processo histórico dos usos do território em Santa Maria, RS; (c) a questão política para enfrentamento da pobreza urbana.

Milton Santos (1993) observa que no século XX, no Brasil, alcançamos a urbanização da sociedade e a urbanização do território, depois de longo período de urbanização social e territorialmente seletiva. A desigualdade na distribuição das técnicas e dos sistemas de engenharia, ao longo do processo histórico, tornou as cidades brasileiras verdadeiros territórios da escassez e da privação dos recursos necessários para a reprodução da vida. Ademais, cabe mencionar que nas áreas de privação social, nas favelas em regiões longínquas, tais áreas ainda não foram urbanizadas, no sentido de prover estrutura urbana, como coloca o conceito de urbanização. Maria Adélia de Souza (2019b, p. 19) bem coloca que “urbanizar significa dotar o território de usos que devem principiar pelos equipamentos e serviços de interesse coletivo mais básicos (água, esgoto, luz, telefonia, galerias pluviais, coleta de lixo, entre outros) até os mais sofisticados”. Este é um primeiro ponto importante a se considerar, e que ainda gera muitas discussões entre os geógrafos, urbanistas e outros estudiosos do fenômeno urbano.

A segunda questão diz respeito a Santa Maria e o processo histórico dos usos do território, que se desenrola através da sobreposição de divisões territoriais do trabalho (SANTOS, 2006), passadas e presentes, constituindo a realidade socioespacial do presente na cidade. Esta realidade socioespacial é resultado da combinação, sobreposição e profusão de eventos que historicamente se geografizaram em seu território, principalmente os eventos militar, ferroviário, universitário e comercial, caracterizados como os seus principais usos e, também, como vetores tanto de verticalidades quanto de horizontalidades (DEGRANDI, 2012).

Esta profusão de eventos de diferentes ordens e épocas, tornados geografizados por meio dos usos, são produtores das desigualdades socioespaciais que se manifestam entre as áreas da cidade. Nas áreas centrais e na região leste estão as maiores rendas do território, como também os maiores fluxos de capital e pessoas, portanto zonas luminosas no espaço urbano de Santa Maria. Em contrapartida, nas regiões periféricas da cidade estão os tempos mais lentos, as áreas opacas, empobrecidas e privadas do acesso à renda e as condições de saneamento. Esta Geografia da privação social na cidade de Santa Maria está localizada de maneira generalizada no território, tendendo a concentrar-se nas áreas próximas da estrada de ferro, nos bairros da região nordeste, norte e oeste, como também, nas áreas próximas do Arroio Cadena, estrutura natural geografizada

pela ação humana. Também devem ser mencionadas expressivas privações em bairros da região centro-oeste, como o Noal e Passo D'Areia, também na região sul e centro-leste, sobretudo o Diácono João Luiz Pozzobon.

Finalmente, a terceira questão que deve ser abordada tem relação com as formas de enfrentamento das privações, produtoras de desigualdades, tão visíveis nas cidades. Lembramos da fala de Souza (2017), quando diz que as cidades não desempenham mais funções, mas realizam contradições, estas cada vez mais acirradas no período atual (técnico-científico-informacional). Desse modo, a melhoria nas condições de vida implica em maior acesso aos recursos do território, em sentido material e imaterial. Isso se realiza através dos instrumentos políticos, em termos de distribuição de infraestrutura de maneira igualitária no território, como também, permitindo o maior acesso aos bens imateriais, como a educação e a saúde, fundamentais para o desenvolvimento dos grupos. Daí o papel fundamental do Estado, com a implementação de políticas públicas que abarquem a maioria da população, como também, com a implantação de infraestrutura que permitam o pleno acesso dos grupos sociais ao território. Como nos lembra Santos (2012, p. 109) “a situação atual exige correção urgente, de forma a atribuir à totalidade da população aquele mínimo de condições sem as quais a vida não é digna”.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

BECKER, E. L. S. **Mapeamento das classes de uso do solo urbano no setor norte do bairro Camobi – Santa Maria – RS: 1966-1992**. Trabalho de Graduação, Departamento de Geociências, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Universidade Federal de Santa Maria, 1996.

BRASIL. Senado Federal. Atividade Legislativa. **Projeto de Lei nº 4162, de 2019**. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/140534>. Acesso em: 20 jul. 2020.

BRASIL. Senado Federal. Senado Notícias. **Senado aprova novo marco legal do saneamento básico**. Fonte: Agência Senado. Da Redação, 24/06/2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/06/24/senado-aprova-novo-marco-legal-do-saneamento-basico>. Acesso em: 20 jul. 2020.

DEGRANDI, J. O. **Verticalidades e horizontalidades nos usos do território de Santa Maria-RS**. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, 2012.

FACCIN, D. **Entre passos e vozes: percepções de espaços e patrimônios no Sítio Ferroviário de Santa Maria, RS**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, RS, 2014.

FARIA R. M. Territórios da Privação Social nas cidades brasileiras: uma reflexão conceitual. In. **Cidades Interativas: do contexto informacional as práticas socioespaciais integradas** / Arlêude Bortoluzzi, Orlando L. Berenguel (orgs.). – São Paulo: Olho d'Água, 2017.

FARIA, R. M.; SAVIAN, P. S.; VARGAS, D. de. Territórios da privação social na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul. **Boletim de Geografia**, Universidade Estadual de Maringá. v. 37, n. 1, p. 234-250, 2 maio 2019.

FERRARI, J. **Investigação da morfologia original e antropogênica do Arroio Cadena, Santa Maria-RS**. / Juliana Ferrari. - Porto Alegre: IGEO/UFRGS, 2018.

FLÔRES, J. R. A. **Fragmentos da história ferroviária brasileira e rio-grandense: fontes documentais, principais ferrovias, Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS), Santa Maria, a “Cidade Ferroviária”**. Santa Maria: Palotti, 2007.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. FEE. **Censos do RS: 1960-1980**. Secretaria de Coordenação e Planejamento. Porto Alegre, 1984.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Agência Ibge notícias. Quatro em cada dez municípios não têm serviço de esgoto no país. **Estatísticas Sociais**. 22/07/2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28326-quatro-em-cada-dez-municipios-nao-tem-servico-de-esgoto-no-pais>. Acesso em: 23 jul. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Base de informações do Censo Demográfico 2010: **resultados do universo por setor censitário**. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasil. Rio Grande do Sul. **População estimada de Santa Maria em 2019**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santa-maria/panorama>. Acesso em: 18 maio 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico**. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de influência das cidades**: 2007. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv40677.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de influência das cidades**: 2018. Diretoria de Geociências. Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro, 2020.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO DE SANTA MARIA, IPLAN. Prefeitura Municipal de Santa Maria. **Mapa das áreas irregulares do município de Santa Maria**. Plano Diretor de Desenvolvimento Territorial. Anexo G. Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2018. Disponível em: http://iplan.santamaria.rs.gov.br/lista_pddt.php. Acesso em: 07 jul. 2020.

MORAES, L. M. **Privação ao saneamento e sua relação com a saúde da população da vila Lúcia no município de Santa Maria-RS**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, RS, 2020 (No prelo).

REDE NOSSA SÃO PAULO. **Mapa da Desigualdade**. 2019. Disponível em: https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2019/11/Mapada_Desigualdade_2019_apresentacao.pdf. Acesso em: 24 jul. 2020.

ROCHA, L. H. M. **O papel de Santa Maria como centro de drenagem da renda fundiária**. Dissertação de mestrado. Santa Catarina. Universidade Federal de Santa Catarina, 1993.

ROCHA, L. H. M. **Padrão locacional da estrutura social: segregação residencial em Santa Maria - RS**. 2011. Tese (Doutorado), Santa Catarina. Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

ROSSI, D. S. Uma profilaxia urbana: o projeto de saneamento de Santa Maria/RS no início do século XX. **Trabalho Final de Graduação. Curso de História**, Área de Ciência Humanas, Centro Universitário Franciscano. Santa Maria, RS. 2012.

SALAMONI, G. F. **O crescimento urbano por extensão e suas repercussões morfológicas em estruturas urbanas: estudo de caso: Santa Maria/RS**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2008.

SANTA MARIA. **Lei Complementar N° 117**, de 26 de junho de 2018. Institui a Lei de Uso e Ocupação do Solo, Parcelamento, Perímetro Urbano e Sistema Viário do Município de Santa Maria. Disponível em: http://iplan.santamaria.rs.gov.br/uploads/norma/18078/Lei_Complementar_117_2018_LUOS.pdf 2018. Acesso em: 24 de nov de 2018.

SANTA MARIA. **Lei Complementar N° 102, de 09 de novembro de 2015**, 2015. Disponível em: <https://www.camara-sm.rs.gov.br/camara/proposicao/LeiComplementar/2015/1/0/11473>. Acesso em: 02 jul. 2020.

SANTOS, M. A cidade e o urbano como espaço-tempo. **Cidade & História - Modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX**. UFBA - FAU/MAU. Salvador, Bahia. 1992.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, v. 1, 2006.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M. **O Espaço Dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Edusp, São Paulo, 1979.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal / Milton Santos. – 25ª ed. - Rio de Janeiro: Record, 2015.

SANTOS, M. **Espaço e método**. – 5. ed., 1. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 9ª ed. - Rio de Janeiro: Record, 2006.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. tradução Laura Teixeira Motta; revisão técnica Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOUZA, M. A. A. “A tal Cidade Média sempre foi execrada por mim, pelo direito que tenho de fazê-lo no Brasil, pois criei o monstro!”. Entrevista com Maria Adélia de Souza: Sergio Sebastião Negri e Jeater W. M. C. Santos. **Terr@ Plural**, v. 13, n. 3, p. 12-25, 2019b.

SOUZA, M. A. A. Espaço e sociedade — um paradoxo: a cidade. **Revista do Serviço Público**, v. 40, n. 1, p. 17-20, 18 jul. 2017.

SOUZA, M. A. A. Geografias da desigualdade: globalização e fragmentação. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. **Território: globalização e fragmentação**, v. 5, p. 21-28, 1994.

SOUZA, M. A. A. **Território brasileiro**: usos e abusos. Campinas/SP: Edições Territorial, 2003.

SOUZA, M. A. A. Território usado, rugosidades e patrimônio cultural: ensaio geográfico sobre o espaço banal. **PatryTer. Revista Latinoamericana e Caribenha de Geografia e Humanidades**. Vol 2, n 4. pp.1-17. 2019.

SOUZA, M. A. A. Um aluno, um caminho percorrido, uma estrada construída juntos...**Geoingá**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia, v. 10, n. 2, p. 4-19, 2018.

SOUZA, M. A. A. Uso do território e saúde. Refletindo sobre “municípios saudáveis”. SPERANDIO, A. M. G. (Org.). **O processo de construção da rede de municípios potencialmente saudáveis**. Campinas: IPES, v. 2, p. 57-77, 2004.

SPODE, P. L. C. **Pobreza e privação social na área urbana de Santa Maria, Rio Grande do Sul: uma análise a partir dos usos do território**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Santa Maria, 2020.

SPODE, P. L. C., RIZZATTI, M., ROCHA, L. H. M., FARIA, R. M., COSTA, I. T. Pobreza e seletividade espacial no bairro universitário Camobi, Santa Maria, RS: uma análise a partir dos usos do território. **Geografia Ensino & Pesquisa**. Vol. 23. P.1-21. 2019.

TOWNSEND, P. Deprivation. **Journal of social policy**, v. 16, n. 2, p. 125-146, 1987.

TOWNSEND, P. **Poverty in the United Kingdom**: a survey of household resources and standards of living. Univ of California Press, 1979.

WANDSCHEER, E. A. R.; FERRARI, R.; SOUZA, M. de. Relações e transformações socioeconômicas do bairro Itararé em Santa Maria/RS através da evolução histórica da rede férrea. Encontro de Economia Gaúcha. **Anais do evento**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

Recebido em: 26/05/2020
Aceito em: 12/08/2020